

**Santa Casa da Misericórdia de
Castelo de Vide**

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Anexo	7
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
5. Activos Fixos Tangíveis.....	14
6. Custos de Empréstimos Obtidos	15
7. Inventários	16
8. Rédito	16
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo	17
10. Benefícios dos empregados	17
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
12. Outras Informações.....	18
12.1. Investimentos Financeiros	18
12.2. Clientes e Utentes.....	18
12.3. Outras contas a receber.....	19
12.4. Diferimentos	19
12.5. Caixa e Depósitos Bancários	19
12.6. Fundos Patrimoniais.....	20
12.7. Fornecedores	20
12.8. Estado e Outros Entes Públicos.....	20
12.9. Outras Contas a Pagar.....	21
12.10. Subsídios, doações e legados à exploração	21
12.11. Fornecimentos e serviços externos.....	22
12.12. Outros rendimentos e ganhos	23
12.13. Outros gastos e perdas	23
12.14. Resultados Financeiros.....	24

Balanço

Santa casa da Misericórdia de Castelo de Vide

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1.368.793,39	1.463.602,53
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de Investimento			107,42
Activos Intangíveis	12.1	2.663,24	1.958,96
Investimentos financeiros	5	12.355,35	12.355,35
Investimentos em curso			
Subtotal		1.383.811,98	1.478.024,26
Activo corrente			
Inventários			
Clientes	12.2	35.581,98	26.645,72
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos			
Fundadores/bene méritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		114,00	0,00
Outras contas a receber	12.3	127.591,34	101.357,59
Diferimentos	12.4	1.700,54	118,42
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	12.5	387.594,16	193.707,99
Subtotal		552.582,02	321.829,72
Total do activo		1.936.394,00	1.799.853,98
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	104.924,28	104.924,28
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	12.6	217.632,20	170.036,10
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	966.139,12	1.020.089,86
Resultado Líquido do período		231.913,84	47.596,10
Total do fundo do capital		1.520.609,44	1.342.646,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	6	155.283,46	180.067,53
Outras contas a pagar			
Subtotal		155.283,46	180.067,53
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	104.482,60	80.136,72
Adiantamentos de clientes	12.2	6.021,20	7.078,18
Estado e outros Entes Públicos	12.8	31.041,39	27.435,86
Fundadores/bene méritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos		0,00	50.000,00
Outras contas a pagar	12.9	118.955,91	112.489,35
Outros passivos financeiros			
Subtotal		260.501,10	277.140,11
Total do passivo		415.784,56	457.207,64
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.936.394,00	1.799.853,98

Castelo de Vide, 1 de Março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

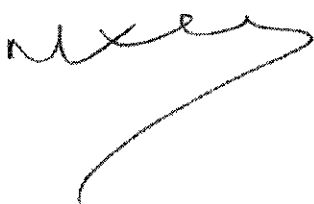
O PROVIDOR

Demonstração dos Resultados por Naturezas

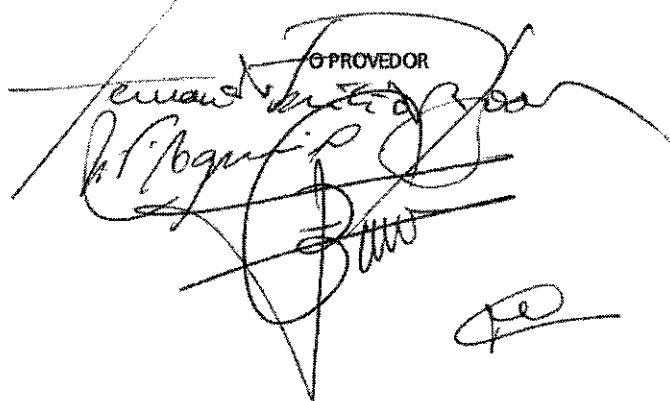
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	560.371,81	543.461,38
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.10	509.378,51	598.643,07
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-2.285,00	-1.526,62
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-369.811,43	-410.145,10
Gastos com o pessoal	10	-761.131,91	-709.301,44
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12.12	439.401,54	158.400,79
Outros gastos e perdas	12.13	-4.589,92	-6.416,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		371.333,60	173.115,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-133.951,84	-119.735,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		237.381,76	53.380,22
Juros e rendimentos similares obtidos	12.14	50,83	517,36
Juros e gastos similares suportados	12.14	-5.518,75	-6.301,48
Resultados antes de impostos		231.913,84	47.596,10
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		231.913,84	47.596,10

Castelo de Vide, 1 de Março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PROVIDOR



Demonstração dos Resultados por Funções

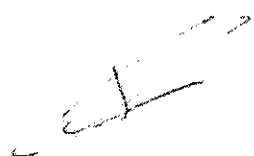
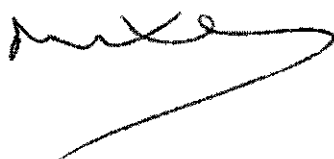
Santa casa da Misericórdia de Castelo de Vide
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Mês	Unidade Monetária: Euro					PERÍODO	
		Lar	Centro 016	Aq. Domiciliário	Lar SIF Amaro	Casaltes Sociais	2017	2016
Vendas e serviços prestados		176.761,82	41.610,17	44.884,93	284.103,89		560.371,81	541.461,38
Subsídios, doações e rendimentos à exploração		198.069,16	26.737,00	128.264,37	182.082,96	45.845,00	508.378,51	508.443,67
Costo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		729,14	-131,67	-621,74	-802,49		-1.285,00	-1.526,63
Fornecimentos e serviços materiais		-106.704,70	-35.364,33	-80.653,25	-121.354,82	24.538,83	-599.911,49	-410.145,10
Gastos com pessoal		-264.428,40	-50.688,87	-127.907,87	-924.457,43	-15.201,64	-781.134,98	-719.304,44
Imparidade de dívidas a receber		140.211,03	25.309,53	219.551,36	354.317,82		439.401,54	458.400,79
Outros rendimentos e ganhos							-4.589,92	-6.476,20
Outros gastos e perdas		-1.414,64	-164,88	-1.268,92	-1.411,98			
Resultado antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		111.721,13	8.566,55	80.277,82	163.189,37	5.604,74	371.333,61	273.115,98
Gastos/reversões de depreciações e amortizações		42.764,03	2.715,63	-18.448,30	-47.043,89		-331.951,85	-119.735,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.977,10	580,92	61.799,62	116.135,58	5.604,74	237.381,76	53.380,12
Juros e rendimentos similares obtidos		16,22	1,85	13,83	17,85		50,89	51,78
Juros e gastos similares suportados		-1.761,03	-317,88	-1.501,65	-1.938,19		-5.518,75	-6.301,48
Resultado líquido do período		89.232,29	265,89	42.291,80	114.218,04	5.604,74	731.913,84	47.596,10

Castelo de Vide, 1 de Março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O PROVEDOR

Demonstração dos Fluxos de Caixa

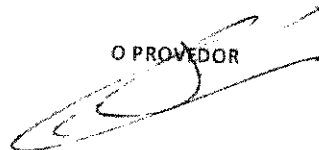
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		550.378,57	543.992,86
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		343.271,89	394.354,81
Pagamentos ao pessoal		757.216,88	710.430,15
Caixa gerada pelas operações		-550.110,20	-560.792,10
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-15.251,46	-7.291,81
Outros recebimentos/pagamentos		794.236,46	863.972,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		259.377,72	110.472,14
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		34.535,28	152.760,91
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros		704,28	758,43
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			44.709,30
Juros e rendimentos similares		50,83	517,36
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-35.188,73	-108.292,68
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		24.784,07	17.311,18
Juros e gastos similares		5.518,75	6.301,48
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-30.302,82	-23.612,66
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		193.886,17	-21.433,20
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		193.107,99	215.141,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período		387.594,16	193.707,99

Castelo de Vide, 1 de Março 2018

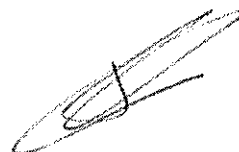
O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PROVIDOR



Anexo



1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com sede em Castelo de Vide. Tem como atividade o apoio social para idosos, com alojamento.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de

imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

Os "*Encargos Financeiros*" de "*Empréstimos Obtidos*" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "*Investimentos*" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis**Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	12.378,21	-	-	-	-	12.378,21
Edifícios e outras construções	2.172.889,42	114.792,72	-	-	-	2.287.682,14
Equipamento básico	345.533,38	16.365,13	-	-	-	361.898,51
Equipamento de transporte	90.882,52	13.000,00	(6.000,00)	-	-	97.882,52
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	81.522,16	1.589,20	-	-	-	83.111,36
Outros activos fixos tangíveis	75.234,72	-	-	-	-	75.234,72
Total	2.778.440,41	145.747,05	(6.000,00)	-	-	2.918.187,46
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	12.378,21	-	-	-	-	12.378,21
Edifícios e outras construções	900.269,80	67.927,21	-	-	-	968.197,01
Equipamento básico	219.546,45	40.828,02	-	-	-	260.374,47
Equipamento de transporte	64.692,00	9.440,00	(1.200,00)	-	-	72.932,00
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	81.522,16	316,00	-	-	-	81.838,16
Outros activos fixos tangíveis	57.748,07	1.117,01	-	-	-	58.865,08
Total	1.336.156,69	119.628,24	(1.200,00)	-	-	1.454.584,93

	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2016
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	12.378,21	-	-	-	-	12.378,21
Edifícios e outras construções	2.287.682,14	475,33	-	-	-	2.288.157,47
Equipamento básico	361.898,51	30.459,96	-	-	-	392.358,47
Equipamento de transporte	97.882,52	7.600,00	(4.500,00)	-	-	100.982,52
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	83.111,36	499,99	-	-	-	83.611,35
Outros activos fixos tangíveis	75.234,72	-	-	-	-	75.234,72
Total	2.918.187,46	39.085,28	(4.500,00)	-	-	2.952.722,74
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	12.378,21	-	-	-	-	12.378,21
Edifícios e outras construções	968.197,01	68.006,39	-	-	-	1.036.203,40
Equipamento básico	260.374,47	50.859,33	-	-	-	311.233,80
Equipamento de transporte	72.932,00	10.960,00	(4.500,00)	-	-	79.392,00
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	81.838,16	1.217,01	-	-	-	83.055,17
Outros activos fixos tangíveis	58.865,08	2.801,69	-	-	-	61.666,77
Total	1.454.584,93	133.844,42	(4.500,00)	-	-	1.583.929,35

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	155.283,46	155.283,46	-	180.067,53	180.067,53
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	155.283,46	155.283,46	-	180.067,53	180.067,53

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	1.526,62	-	2.285,00	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-
Total	-	1.526,62	-	2.285,00	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			1.526,62		2.285,00
Variações nos inventários da produção			-		-

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 0,00€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€; e
- Matérias de Consumo: 0,00€.

8. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços	560.371,81	543.461,38
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotizações	1.959,00	2.611,00
Serviços Secundários-Mensalidades	530.802,51	516.039,88
Serviços Secundários-Outros Serviços	27.610,30	24.810,50
- Refeições	3.971,27	1.988,66
- Transportes	2.332,43	1.826,09
- Limpeza, Higiene e arrumos	277,50	546,00
- Medicamentos/consultas	1.692,30	1.817,31
- Reembolso Taxas Moderadoras	-	124,55
- Serviços de Acompanhamento	1.183,50	1.038,40
- Reembolso Fraldas	18.153,30	17.444,49
- Reembolso Cabeleireiro	-	25,00
- Impressos IRS	-	-
- Reembolso Café	-	-
Total	560.371,81	543.461,38



9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	408.440,89	422.214,57
Comparticipação Segurança Social	408.440,89	422.214,57
...	-	-
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
Total	408.440,89	422.214,57

10. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações Sujeitas	592.287,84	548.432,20
Remunerações Isentas	30.850,46	32.483,38
Encargos sobre as Remunerações	132.199,76	120.081,16
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.823,73	4.271,40
Outros Gastos com o Pessoal	1.970,12	4.033,30
Total	761.131,91	709.301,44

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	2.663,24	1.958,96
Fundo Compensação trabalho	2.663,24	1.958,96
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	2.663,24	1.958,96

12.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	35.581,98	26.645,72
Clientes	-	-
Utentes	35.581,98	26.645,72
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	35.581,98	26.645,72

Nos períodos de 2016 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2017	2016
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

12.3. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao Pessoal	107,95	699,30
Rendas	21.102,49	19.393,97
Renda Terreno/Cantinas Sociais	-	13.380,54
Projeto "CLDS"	106.380,90	67.883,78
Outros Devedores	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	127.591,34	101.357,59

12.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	209,21	118,42
Medicina No Trabalho	533,04	-
Contrato "Linde"	393,24	-
Aluguer de Equipamento "Grenke "	565,05	-
Total	1.700,54	118,42
Rendimentos a reconhecer		
Venda de Propriedade	-	50.000,00
...	-	-
...	-	-

12.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	465,34	214,68
Depósitos à ordem	101.587,59	52.814,01
Depósitos a prazo	285.541,23	140.679,30
Outros	-	-
Total	387.594,16	193.707,99

12.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	104.924,28	-	-	104.924,28
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	170.036,10	47.596,10	-	217.632,20
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.020.089,86	-	(53.950,74)	966.139,12
Total	1.295.050,24	47.596,10	(53.950,74)	1.288.695,60

12.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	104.482,60	80.136,72
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	104.482,60	80.136,72

12.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	283,85	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.484,00	4.117,33
Segurança Social	26.273,54	23.266,53
Sobretaxa IRS	-	52,00
Total	31.041,39	27.435,86

12.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	-	105.589,74	-	99.634,89
Previsão Férias e Subs. Férias a Pagar	-	104.128,22	-	95.181,27
Água/Electricidade/telefone	-	1.461,52	-	4.453,62
Outras operações	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Outros credores (Serviço de Compras)	-	9.544,58	-	9.019,60
Projeto Aprendizagem ao Longo da Vida	-	2.540,73	-	2.540,73
Despesas Utentes	-	1.202,07	-	1.227,54
Sindicatos	-	78,79	-	66,59
-	-	-	-	-
Total	-	118.955,91	-	112.489,35

12.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
IEFP	7.617,30	33.857,87
Projeto "CLDS 3G"	59.245,00	139.755,26
Donativos	32.475,32	2.815,37
J.Freguesia São João Batista	500,00	-
J.Freguesia São Tiago Maior	500,00	-
J.Freguesia Santa Maria Devesa	600,00	-
Total	100.937,62	176.428,50

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12

12.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Refeições	163.590,79	186.283,87
Serviços especializados	40.236,84	52.277,52
Materiais	9.361,11	12.680,64
Energia e fluidos	60.604,77	64.913,89
Deslocações, estadas e transportes	100,40	107,95
Serviços diversos (*)	95.917,52	93.881,23
* Rendas e Alugueres	27.309,99	22.733,24
* Comunicação	16.609,09	15.907,18
* Seguros	3.750,10	3.598,24
* Contencioso e notariado	351,50	1.345,28
* Despesas Representação(Refeição)	58,40	38,90
* Limpeza Higiene e Conforto	25.260,82	24.623,89
* Outros serviços:	22.577,62	25.634,50
- Prod. Farmácia/Medicamentos	148,59	3.463,08
- Coimas	551,00	-
- Refeições Lar Póvoa e Meadas	310,00	1.395,00
- Flores	45,00	55,00
- Prendas de Natal P/Utentes	253,70	-
- Contrap. Agariação de Quotas	26,60	324,60
- Workshop "Enfeites de Natal"	116,85	-
- Fraldas	17.824,62	14.620,28
- Avença Mensal "Cenmais"	516,60	516,60
- Aluguer de Sala	141,40	-
- Contrato "Linde"	49,56	-
- Elaboração Certificado Energ.	-	1.202,33
- Seg. Higiene no Trabalho	123,84	184,50
- Taxas Moderadoras	-	7,75
- Atividades de Verão "Vidérias"	346,30	484,89
- Decoração de Viatura	-	30,75
- Comissões Bancárias	2.123,56	3.179,72
- Livros de Cheques	-	170,00
.....	-	-
.....	-	-
Total	369.811,43	410.145,10

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

12.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Indeminização de Seguradora	-	120,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	105,93	216,04
Imputação de Subsídios	53.950,74	53.950,74
Reembolso IVA	15.251,46	7.291,81
Rendas de Imóveis	39.214,50	36.725,02
Correcções Relativas a Períodos Anteriores	791,00	58.409,69
Cendência de Terrenos	230,55	230,54
Venda de Café	-	207,40
Cosignação IRS	1.039,18	1.104,73
Mais Valias-Venda Viatura	1.300,00	-
Mais Valias-Venda Herdade	3 25.000,00	-
Valorização Fundos Investimento	18,18	144,82
Venda de Eucaliptos	2.500,00	-
Total	439.401,54	158.400,79

12.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Imposto de Selo	2,57	2,53
Certificado Energético	48,82	-
Taxa de Análise de processo	-	159,27
Menos-Valia Venda de Viatura	-	1.800,00
Quotizações	480,00	480,00
Custas Processuais	-	326,91
Indeminização Tipografia	3.900,00	3.300,00
Donativos	4,00	-
Portagens	154,53	138,49
Taxa de serviços Contra Incendios	-	209,00
Total	4.589,92	6.416,20

12.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5.518,75	6.301,48
Comissões bancárias	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	5.518,75	6.301,48
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	50,83	517,36
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	50,83	517,36
Resultados financeiros	(5.467,92)	(5.784,12)

12.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Administrativo/Administração em 1 de Março de 2018.

Castelo de Vide, 1 de Março, de 2018